

**(RE) DISCUTINDO PRÉ-NOÇÕES SOBRE O CONTEÚDO DE ÁFRICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA ATRAVÉS DO USO DO CINEMA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Flávio Guimarães Diniz

**Resumo**

O presente artigo pretende tecer uma discussão sobre as diversas “concepções prévias” que professores e alunos trazem consigo quando estão diante do conteúdo de África no ensino básico de Geografia e que acaba, na maioria das vezes, fornecendo uma visão limitadora sobre o recorte espacial citado. Expõe como o cinema pode auxiliar no processo de reflexão sobre essas pré-noções buscando contribuir para aplicação efetiva da Lei Federal nº 10.639/03. Apresenta algumas experiências de professores que lecionam a matéria escolar de Geografia em escolas públicas com o filme Hotel Ruanda.

**Palavras-Chave:** África; Ensino de Geografia; Lei 10.639/03.

**Abstract**

This article intends to make a discussion about the various "preliminary designs" that teachers and students bring with them when they are on the content of basic education in Africa and that ends up in Geography most often, providing a view limiting on the spatial sharpness cited. Exposes how the cinema can assist in the process of reflection on these ideas seeking to contribute to the effective implementation of Federal Law No. 10,639/03. Presents some experiences of teachers who teach the geography school matters in public schools with the film Hotel Rwanda.

**Keywords:** Africa; Geography education; Law 10,639/03.

O conteúdo de “História da África e dos Africanos” aparece para todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem como um dos assuntos apontados pela Lei Federal nº 10.639 promulgada no dia 9 de janeiro do ano de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que têm como um dos seus escopos a promoção uma educação anti-racista que valorize a diversidade e o respeito às diferenças em nossa sociedade.

A referida temática integra o currículo da disciplina escolar de Geografia, e surge como uma oportunidade para tecermos discussões sobre como este tema influencia na construção de visões de mundo sobre o continente africano, sobre os africanos e, no caso brasileiro, sobre a população negra composta por “afro-descendentes”.

Em seu livro intitulado “Rediscutindo o Ensino de Geografia: Temas da Lei 10.639” Santos (2009) expõe o seguinte sobre o conteúdo de África mencionado na Lei Federal nº 10.639/03:

África é um dos pontos de conteúdos indicados textualmente no corpo da Lei 10.639 - entre aqueles que a Lei menciona, estão “História da África e dos Africanos”. Este tópico dialoga diretamente com o ensino de Geografia, que tem na África um de seus componentes curriculares. Mais do que esta chamada direta, já indicamos que a Lei 10.639, por ter como objetivo “reposicionar o negro e as relações raciais no mundo da educação”, imprime revisões em diversos conteúdos que se constituem, referências para a construção de leituras de mundo e comportamentos orientando os padrões de relações raciais. Assim, o ensino de África na disciplina Geografia se torna inescapavelmente objeto de crítica a partir dos tensionamentos postos pela Lei. (SANTOS, R., 2009, p.45)

Embora esteja em destaque no texto do ordenamento jurídico citado neste escrito, o “ensino e aprendizagem” sobre a África ainda se configura como uma lacuna no ensino básico, sendo este um dos motivos para uma leitura limitante e homogênea sobre o ponto de conteúdo em tela. No livro “Memória D’África: A temática africana em sala de aula” (2007) os autores Serrano e Waldman abordam isso apontando que:

Tal lacuna é evidente tanto na ausência pura e simples de uma visão realista sobre o continente quanto em seu desdobramento direto na persistência de uma visão estereotipada e preconceituosa impingida, sem maiores delongas, à África. Não seria demasiado sublinhar, essa perspectiva associa-se à exclusão de parcela ponderável da população brasileira do pleno exercício dos seus direitos enquanto em cidadãos, veredito que recai de forma marcante sobre os nacionais de origem africana, isto é, *afro-descendentes*. (SERRANO; WALDMAN, 2007, p.11)

Se realizarmos uma reflexão profunda sobre o transcorrer de nosso processo de escolarização, poderemos notar que o continente africano foi aprendido e apreendido por nós (isso quando o assunto é abordado, pois em muitos casos alunos e alunos sequer tiveram acesso a visão homogênea propagada sobre o conteúdo) de maneira superficial e estereotipada, seja em filmes, reportagens ou até mesmo pelas informações difundidas pelos livros didáticos de Geografia.

Passamos por um processo de ensino tão perverso no que diz respeito a alguns conteúdos que dificilmente questionamos ou somos estimulados a indagar sobre porquê a África é vista, concebida e naturalizada como recorte espacial assombrado pelo espectro da fome, da incidência de doenças, de guerras civis que acabam sendo vistas como conflitos banais e exclusivos desta parte do mundo.

Oliva (2004) nos dá uma globalidade desta concepção corrente em relação à África expondo que:

Tirando as breves incursões pelos programas National Geographic ou Discovery Channel, ou ainda pelas imagens chocantes de um mundo africano em agonia, da AIDS que se alastra, da fome que esmaga, das etnias que se enfrentam com grande violência ou dos safáris e animais exóticos, o que sabemos sobre a África? (OLIVA, A, 2004, p.423)

Essas “imagens” que recebemos sobre a África nos conduzem a uma construção deturpada em relação a mesma. Constatando a existência dessas concepções podemos nos indagar sobre essa questão: De onde surgiram essas idéias que constantemente se (re) produzem e se caracterizam como pré-noções

sobre o continente? Qual é a fonte que engendra essas “noções prévias” por parte de alunos e alunas e de professores e professoras? Como elas exercem um grande poder de polarização de idéias negativas que recaem não só sobre a África, mas sobre os seus habitantes e que também estão presentes em outras partes do globo?

Iniciemos nossas reflexões dissertando sobre as imagens correntes que temos sobre a África e que em “certa medida” tem como intuito provocar os leitores (sejam eles ligados à educação ou não) a (re) pensarem sobre tudo aquilo que é propagado sobre a África.

Deveras, muitos de nós em algum momento de nossas vidas dentro ou fora das instituições de ensino já devemos ter associado de forma espontânea ou automática a “identidade negra” ao continente africano, ou seja, já criamos e conseqüentemente já tomamos como verdade que a África é composta “somente” por negros. Essa idéia é discutida de forma aprofundada pelo sociólogo peruano Quijano (2007) em seu texto intitulado “O que é essa tal de raça?”, trabalhando sob a perspectiva da existência das “identidades geoculturais” que associa “identidades” a determinadas porções do espaço:

Imposta como critério básico de classificação social universal da população mundial, de acordo com a idéia de “raça” foram distribuídas as principais novas identidades sociais e geoculturais do mundo. Por um lado, “Índio”, “Negro”, “Asiático” (antes, “Amarelos”, “Branco” e “Mestiço”; por outro, “América”, “Europa”, “Ásia”, “África” e “Oceania”. Sobre ela se fundou o eurocentramento do poder mundial capitalista e a conseqüente distribuição mundial do trabalho e do intercâmbio. E, também sobre ela, se traçaram as diferenças e distâncias específicas nas respectivas configurações específicas de poder, com as suas cruciais implicações no processo de democratização de sociedades e Estados, e da própria formação de Estados-nação modernos. (QUIJANO, A., 2007, p.43)

Essa “associação” além de dispor as “identidades” construídas e definidas pela idéia de *raça* nos continentes aparece como um dos instrumentos de naturalização que além de vender os nossos olhos para a realidade auxilia no processo de inferiorização de alguns povos pelo mundo em diversas instâncias: cultural, social, econômica e etc. É interessante notar como senso comum, e principalmente os nossos educandos, compartilham a idéia que somente negros (as) compõem a população africana.

Outra “noção prévia” que os nossos alunos e alunas trazem sobre a África é a confusão deste recorte espacial como se fosse um país. Autor (2010) ao analisar 29 “redações” sobre África, atividade proposta por uma professora que leciona a disciplina de Geografia na rede Municipal de São Pedro da Aldeia no estado do Rio de Janeiro, identificou que em 8 dos 29 trabalhos de duas turmas de nono ano (antiga oitava série) os alunos compreendem a África como um país.

A supervalorização da fauna e da flora africana (principalmente nos filmes hollywoodianos) é uma das idéias mais difundidas sobre ela e tem com uma de suas principais conseqüências a atribuição de um “exotismo” exacerbado que contribui para a inferiorização do continente, impedindo-nos de enxergar todo o legado cultural africano. De acordo Munanga e Gomes (2004):

Muito do que conhecemos da África chega até nós pelos meios de comunicação de massa. Filmes como os de Tarzan e outros popularizados no cinema e na TV trazem para nós imagens distorcidas do povo africano, de suas tradições e sabedoria. De modo geral, os personagens brancos são os que levam saberes, a religião e a cultura que deve prevalecer. Também ensinam os modos de organizar as

sociedades, as formas de cultivar a terra, de preservar meio ambiente e a saúde às pessoas negras que nada ou pouco sabem. Reportagens e documentários nos mostram pequenas parcelas da incrível diversidade cultural deste imenso continente ou apenas os aspectos curiosos destas culturas. Muitas imagens e textos que chegam até nós reduzem todo legado histórico e de sabedoria produzido há milhares de anos por variados povos que lá habitam ou habitaram (MUNANGA; GOMES, N., 2004, p. 32)

Essas três “pré-noções”: A África só tem negros; o continente africano visto como um país e o reducionismo da África a fauna e a flora associadas a um primitivismo, que apresentamos aqui têm sua gênese no pensamento hegemônico europeu que se apresenta como uma “particularidade” que se universalizou atribuindo papéis as outras partes do mundo e referindo-se a si como o lócus do conhecimento detendo assim, o monopólio do saber.

Hernandez (2005) nos ajuda compreender a força do eurocentrismo na construção de visões de mundo que imperam em nossos imaginários:

Significa dizer que o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõem um ‘olhar imperial’ sobre o universo. Assim, o conjunto de escrituras sobre a África em particular entre as últimas décadas do século XX, contem equívocos, pré-noções e preconceitos decorrentes, em grande parte, das lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente. (HERNANDEZ, L., 2005, p.17-18)

Essa matriz eurocêntrica e hegemônica de pensamento engendrou todas as informações que recebemos da África pelos meios de comunicação de massa controlados por uma minora que difunde uma “visão de mundo construída” para a obtenção e manutenção de interesses que beneficiam poucos em detrimento de muitos e ratificada pelos livros didáticos. Santos (2009) nos atenta para essa questão abordando que:

Livros didáticos de Geografia apresentam sobre a África narrativas que se iniciam pelo quadro natural e, em seguida, para falar dos processos históricos do continente africano, passam diretamente ao século XVI com a construção das rotas de comércio Europa-Oriente e o tráfico negreiro. Daí, novo salto é dado até o estabelecimento de administrações coloniais européias na África, no século XIX, seguido da descolonização no século XX e algumas realidades atuais sempre socialmente catastróficas. O salto entre a instauração do tráfico negreiro e o processo de colonização do século XIX acaba sendo às vezes justificado pela natureza: o relevo acidentado (as escarpas que dão acesso do litoral ao planalto africano), a vegetação e outros elementos naturais (como, p. ex., a selvageria dos animais!) explicam por que o europeu demorou a “conseguir penetrar” na África. Nenhuma menção é feita a povos, reinos, comerciantes, grupos de poder estabelecidos, com interesses próprios e com uma geopolítica ou circuitos internos ao continente africano que interferissem na possibilidade de “penetração” dos europeus entre os séculos XVI e XIX. O papel do fim do tráfico transatlântico enfraquecendo povos, reinos, comerciantes e grupos de poder africanos consolidados por esta inserção em circuitos comerciais intecontinentais é algo distante. E, dentro do processo de colonização africana, as resistências jamais são mencionadas – nem o emblemático caso da Etiópia, notabilizado no período do reinado de Hailé Selassié pela resistência às invasões italianas. O único fator a imprimir resistência à “penetração” européia é a natureza [...] (SANTOS, R., 2009, p.48-49)

Após identificarmos essas concepções que engendraram uma continente que (des)conhecemos, como podemos estimular um processo de desconstrução dessas “imagens tendenciosas” para podermos caminhar em busca de uma “outra África”?

Com o intuito de propormos um dentre os diversos caminhos para “desvendarmos” e problematizarmos as pré-noções construídas sobre o continente africano, apresentaremos os benefícios da utilização do cinema como uma forma de discutirmos constantemente as concepções trabalhadas até aqui.

### ***O uso do cinema como fonte de reflexão no processo de ensino-aprendizagem na escola básica***

No processo de ensino-aprendizagem diversas formas e estratégias podem ser utilizadas para fornecer aos educandos um conhecimento que os permita tecer reflexões críticas sobre a realidade vivenciada pelos mesmos. Seguindo este pensamento defendemos a utilização de filmes e documentários como uma das propostas para o “desvendamento” de distorções e equívocos sobre alguns pontos de conteúdo do currículo, como por exemplo, o continente africano que geralmente é trabalhado pelas matérias escolares ligadas às chamadas ciências humanas.

A linguagem cinematográfica trabalha, a todo o momento, com visões de mundo que tanto podem contribuir para a perpetuação de uma concepção hegemônica como para o processo de (des)construção sobre as mesmas.

Além de serem a “reprodução da realidade social” as películas nos permitem fazer saltos no tempo e no espaço – e, com isso, podemos construir “referenciais espaciais” e fazer reflexões próprias sobre determinadas temáticas. De acordo com Harvey (2007) em seu livro intitulado “Condição Pós-Moderna”:

Preferi... examinar o cinema, em parte por tratar-se de uma forma de arte que (ao lado da fotografia) surgiu no contexto do primeiro grande impulso do modernismo cultural, mas também porque, dentre todas as formas artísticas, ele tem talvez a capacidade mais robusta de tratar de maneira instrutiva de temas entrelaçados do espaço e do tempo. O uso serial de imagens, bem como a capacidade de fazer cortes no tempo e no espaço em qualquer direção, liberta-o das muitas restrições normais, embora ele seja, em última análise, um espetáculo projetado num espaço fechado numa tela sem profundidade. (HARVEY, 2007, p.277)

Entretanto, precisamos deixar nítida a idéia de que o uso desses materiais no processo de ensino-aprendizagem demanda uma mescla de cautela e preparação por parte dos docentes que serão os responsáveis por promover a mediação entre os alunos(as) e os filmes. Sobre isso Napolitano (2006) disserta o seguinte:

[...] É preciso que a atividade escolar com o cinema vá além da experiência cotidiana, porém sem negá-la. A diferença é que a escola, tendo o professor como mediador, deve propor leituras mais ambiciosas além do puro lazer, fazendo a ponte entre emoção e razão de forma mais direcionada, incentivando o aluno a se tornar um espectador mais exigente e crítico, propondo relações de conteúdo/linguagem do filme com o conteúdo escolar. Este é o desafio. (NAPOLITANO, 2006, p.15)

Queremos atentar para o fato de que exibir uma película e abordar um conteúdo não é tão simples como parece. Antes de tudo, é preciso formular estratégias de abordagem para que estes materiais pedagógicos não sejam interpretados como instrumentos de recreação, quando na verdade defendemos a sua utilização pedagógica.

Napolitano (2006) nos fornece algumas pistas de como é importante “preparar” os nossos educandos para a exibição de um filme. O referido autor expõe que:

Ao escolher um ou outro filme para incluir nas suas atividades escolares, o professor deve levar em conta o problema da adequação e da abordagem por meio de reflexão prévia sobre os seus objetivos gerais e específicos. Os fatores que costumam influir no desenvolvimento e na adequação das atividades são: possibilidades técnicas e organizativas na exibição de um filme para a classe; articulação com o currículo e/ou conteúdo discutido, com as habilidades desejadas e com os conceitos discutidos; adequação à faixa etária e etapa específica da classe na relação ensino-aprendizagem. (NAPOLITANO, 2006, p.16)

Após essa breve discussão sobre o potencial das obras cinematográficas no ensino escolar, queremos ressaltar que se estes artefatos culturais forem bem utilizados como materiais pedagógicos podem ser de grande valia no processo de desconstrução de visões de mundo limitantes que acabam alienando os espectadores. Por isso, pretendemos mostrar como alguns professores de Geografia do ensino público do Rio de Janeiro buscaram discutir o conteúdo de África a partir do filme *Hotel Ruanda* que tem como enredo o genocídio ocorrido em Ruanda pelo embate corporal entre as *etnias*<sup>2</sup> tutsi e hutu.

### ***Compartilhando experiências de docentes de Geografia a partir do filme Hotel Ruanda: Uma oportunidade realizar debates sobre o continente africano***

Neste escrito exporemos parte de três experiências com a utilização do filme “Hotel Ruanda” (2004) de professores de Geografia que lecionam em escolas públicas das redes municipal e estadual do Rio de Janeiro e que tem suas práticas docentes acompanhados de forma sistemática pelo grupo de pesquisa “A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia”<sup>3</sup>.

Distribuímos para os docentes o filme *Hotel Ruanda*, pois entendemos que este filme pode ser utilizado para trabalhar diversos aspectos sobre o continente africano e vai ao encontro de nossa proposta que é a de fazer um início de desconstrução a partir de um filme Hollywoodiano, reconhecendo que está é uma das poucas películas que mostram de forma nítida como grande parte do mundo enxerga a África.

O filme retrata a história de Paul Rusesabagina, que era um gerente influente de um luxuoso hotel em Ruanda, o Mille Coline, e que prestou grande ajuda a várias pessoas na guerra civil vivida pelo país em 1994, sendo este um conflito construído artificialmente pelos colonizadores belgas que atizaram a rivalidade entre os hutus (maioria no território) e os tutsis, etnias locais que disputavam o controle do país. Historicamente os países que compõem a “África Negra” (fruto da regionalização engendrada pelos europeus) convivem com rivalidades étnicas em seus territórios que tem como consequência a eclosão de guerras civis.

Após a exibição do filme fizemos oito perguntas aos docentes: Carlos, Maria Lúcia e Márcia<sup>4</sup> na intenção de captar as dificuldades que se trabalhar o conteúdo de África no segundo segmento do ensino fundamental. Foram elas:

- a) Como você trabalhava o conteúdo de África antes da promulgação da Lei Federal nº 10.639/03?
- b) Antes de iniciar o conteúdo de África você realiza alguma atividade para verificar qual é a representação do continente africano que os seus alunos trazem consigo?
- c) Em sua opinião quais são as principais dificuldades encontradas para abordar o conteúdo de África na disciplina de Geografia?
- d) Você utiliza outros tipos de materiais para abordar o conteúdo de África? Quais?
- e) Antes de exibir o filme para os seus alunos, você os preparou de alguma forma? (Pedi para que os alunos ficassem atentos a algumas questões que aparecem na película?)
- f) Quais assuntos do conteúdo de África, presente no programa da disciplina de Geografia, você trabalhou a partir da exibição do filme?
- g) Após a exibição do filme, você propôs alguma atividade para os alunos? Qual foi a atividade?
- h) Em sua opinião o filme conseguiu ajudar os seus alunos a problematizar a “representação” de África que é amplamente difundida pelos meios de comunicação de massa?

Dentre as questões expostas exploraremos as respostas dos professores nas perguntas “a”, “b”, “c” e “f”, pois elas nos darão uma dimensão de algumas das principais questões presentes no ensino de África na Geografia Escolar.

Ao perguntarmos como os docentes trabalhavam o conteúdo de África antes da promulgação da Lei Federal nº 10.639/03, tivemos como alvo compreender se os professores sempre tiveram consciência dos impactos negativos sobre os alunos oriundos das informações deturpadas difundidas sobre o continente.

O professor Carlos expôs que antes da sanção da lei suas aulas de África eram construídas a partir dos conhecimentos presentes nos livros didáticos, e apontou que a falta de informações sobre o continente, seja em livros ou em outros materiais didáticos, se configurava como um dos principais condicionantes para a perpetuação da imagem estereotipada sobre a África.

A professora Maria Laura evitava trabalhar o continente de forma fragmentada, ou seja, linear como aparece nos livros didáticos de Geografia. Já a professora Márcia apontou que sempre buscou desconstruir o olhar eurocêntrico construído sobre a África em sua prática dentro da sala de aula.

Indagados sobre suas estratégias iniciais para abordar o conteúdo do continente africano, os três professores entrevistados disseram que procuram realizar uma “investigação prévia sobre as informações que os educandos trazem consigo sobre a África” e pedem para que os alunos e as alunas registrem seus conhecimentos sobre o recorte espacial sob a forma de texto. Em outras palavras, os docentes fazem perguntas do tipo “O que vocês sabem sobre a África?” ou “O quê vocês já ouviram sobre o continente africano?”.

Em todas as falas dos docentes, pudemos constatar que os educandos carregam consigo informações estereotipadas e deturpadas sobre a África. Esse fato não só atua na manutenção de um “(des)conhecimento” em relação ao continente, mas contribui de forma incisiva para a reprodução de “imagens” que associam a África, os africanos e os seus descendentes pelo mundo a situações de inferioridade.

Conseguimos captar em nossas análises que um dos principais problemas que ajudam a (re)produção de estereótipos sobre o conteúdo debatido, é a falta de materiais alternativos aos livros didáticos (que em sua grande maioria reforçam a imagem negativa sobre a África) que ajudem os professores e os alunos na construção de uma nova imagem sobre o continente.

Perguntados sobre os assuntos explorados a partir do filme *Hotel Ruanda*, os três professores enfocaram os seguintes assuntos: a gênese e as conseqüências engendradas pela eclosão de conflitos étnicos na África, as heranças deixadas pela colonização realizada pelas potências européias no contexto do Imperialismo no final do século XIX, o papel do continente africano no mundo da globalização, discutiram o papel dos organismos internacionais (em especial a Organização das Nações Unidas), e como o mundo enxerga a África influenciado pelas (des)informações amplamente difundidas pelos diversos meios de comunicação de massa. O professor Carlos teve a preocupação de mostrar para os seus alunos como a identidade das etnias foi criada de maneira artificial pelos belgas para facilitar o controle sobre o país. A professora Maria Laura frisou bastante o papel da África dentro da Divisão Internacional do Trabalho.

Podemos notar que o filme contribui para explicar como foi criada e aumentada a rixa entre as etnias tutsi e hutu, ou seja, mostrou as origens deste conflito e o porquê de sua existência.

No final da entrevista, os professores deixaram explícito em suas falas que os filmes são materiais válidos para se trabalhar o conteúdo de África na busca da aplicação da Lei Federal nº 10.639/03. Separamos alguns fragmentos da entrevistas, que ilustram a potencialidade desta intervenção alternativa no processo de ensino-aprendizagem do conteúdo em tela:

O professor Carlos apontou que o filme é válido, pois ele é uma coisa concreta que consegue retratar alguns aspectos da realidade, mas a mudança de pensamento por parte dos alunos não é homogênea, pois alguns se apropriam de forma negativa das frases de impacto do filme e acabam reforçando o preconceito. A parte positiva foi que alguns começaram a enxergar “espaços de riqueza na África” o que para alguns era difícil de acreditar, ou seja, ele conseguiu mostrar que a África não era só “pobreza”.

Maria Laura entende que o filme serve como um pontapé inicial para o processo de desconstrução sobre a imagem pejorativa atribuída ao continente africano, mas que seria ingênuo de nossa parte acreditar que o aluno passará a ter “outra visão” de África após assistir o filme. Além disso, o filme mostra que existe um espaço organizado e que o continente não se resume a miséria, tem um fluxo de turistas contrariando a imagem tribal e primitiva.

A professora Márcia compreende que o filme é uma importante ferramenta no processo de desconstrução da imagem estereotipada e permite ao aluno fazer relações com outros conflitos mundiais. Um fato que chamou a atenção da docente foram os valores civilizatórios que aparecem no filme como a forte relação entre a família e a relação com o vizinho, ou seja, o filme também ajude a trabalhar isso. (AUTOR, 2010, p. 64-65)

### ***Considerações Finais***

O conteúdo de África, assim como outros assuntos apontados pela Lei Federal nº 10.639/03, devem ser (re)vistos e constantemente debatidos para que

consigamos colocar em relevo diversas questões que historicamente foram negligenciadas em nossa sociedade.

Trabalhar o continente africano de “outra forma” no processo de ensino-aprendizagem aparece para nós, professores e professoras, coordenadores e coordenadoras, diretores e diretoras como um grande desafio, pois desconstruir as “imagens negativas” veiculadas a África é de suma importância para irmos ao encontro de uma educação anti-racista. Apontamos aqui que as informações deturpadas e estereotipadas sobre o continente recaem de forma incisiva sobre os africanos e seus descendentes espalhados pelo globo.

Buscar novas formas de abordagem do conteúdo citado no ensino de Geografia se torna fundamental para desconstruirmos as “pré-noções” que os nossos e educandos e muitos de nós trazemos, naturalizamos e reproduzimos.

Um dos caminhos que apontamos para trabalhar o tema exposto de forma mais satisfatória é a utilização de obras cinematográficas, que em nossa opinião, são materiais muito ricos e que se forem bem ministrados pelos docentes podem ser usados como instrumentos pedagógicos para desconstrução da concepção de África engendrada pelo pensamento hegemônico eurocentrado.

Através das práticas dos três professores observados, pudemos constatar as dificuldades presentes em sala de aula no tratamento do conteúdo de África, em especial pela falta de materiais para se trabalhar e se informar sobre o continente.

Refletir sobre esse ponto de conteúdo se configura como primeiro passo, ainda que tímido, para fomentar uma busca por novos autores, textos, materiais e referenciais que apresentem os aspectos positivos do continente africano, ressaltando a sua importância na história da humanidade.

## Notas

---

I - De acordo com Aníbal Quijano (2007) “raça” refere-se a uma construção ideológica utilizada no jogo de relações de poder do capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado. (QUIJANO, A. 2007, p.45)

II - Segundo Kabengele Munanga (1990) “Uma etnia é um conjunto de indivíduos possuindo em comum uma língua, uma cultura, uma história, um território e não necessariamente uma unidade política. Seus membros desenvolvem preconceitos culturais quando manifestam tendências de valorizar sua visão de mundo e de menosprezar a das outras etnias: etnias africanas, diversos grupos de emigrados nos Estados Unidos, etc. (MUNANGA, K., 1990, p.52)

III - O grupo de Pesquisa “A Lei 10.639/03 e o Ensino de Geografia” coordenado pelo Professor Doutor Renato Emerson dos Santos do Departamento de Geografia da UERJ/FFP tem como objetivo a avaliar os diversos impactos do ordenamento jurídico citado na disciplina escolar de Geografia.

IV - Atribuimos nomes fictícios aos professores entrevistados para preservar as identidades dos mesmos.

## Referências Bibliográficas

**DINIZ, Flávio Guimarães.** A utilização de obras que retratam o continente africano por docentes da disciplina de Geografia no ensino básico: Uma possibilidade de aplicação da Lei nº 10.639/03 / Autor. – 2010. 108 páginas. Monografia (Licenciatura) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores

**HARVEY, David.** “O tempo e o espaço no cinema pós-moderno” In: *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 16ª edição, Maio de 2007, p.277-289.

**HERNANDEZ, Leila Leite.** *A África na sala de aula: visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. 679 páginas.

**MUNANGA, K.** “Racismo: da desigualdade à intolerância”. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, abril/junho, 1990. P.51-54

**MUNANGA, K.; GOMES, N. L.** “África: berço de diversas civilizações “ In: “Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidade, problemas e caminhos.” . 1 ed. São Paulo: Global, 2004. p.31-65

**NAPOLITANO, Marcos.** “Como usar o cinema na sala de aula” 4ª edição, São Paulo, Contexto, 2006. 249p.

**OLIVA, Anderson.** “A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na leitura didática”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, nº3, 2004, pp. 421-461

**QUIJANO, Aníbal.** “O que é essa tal de raça?”. In: Santos, Renato Emerson dos. *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.p.43-51.

**SANTOS, Renato Emerson dos.** “Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639”. 1ª edição, Rio de Janeiro, CEAP, 2009, 78 páginas.

**SERRANO, Carlos & WALDMAN, Maurício.** *Memória D’África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007. 324 páginas.